

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

-----**FALTAS:**-----

-----**JUSTIFICADAS**-----

----- O Presidente da Câmara informou que o Vereador Emídio Fidalgo não podia estar presente, nesta reunião, em virtude de estar de férias, solicitando que a Câmara justificasse a falta, o que a Câmara aceitou por unanimidade.-----

-----**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA TRINTA DE AGOSTO DO CORRENTE ANO.**-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia trinta de Agosto do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Abel Girão, por não ter estado presente na reunião.-----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA-----

----- 1.1.1 SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO

----- 2. Protocolo com a Junta de Freguesia de Pereira - Prorrogação de Prazo.-----

----- 3. Protocolo a Celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o ICERR.--

----- 3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA-----

----- 8. Novo Mercado Municipal e Zona Comercial Anexa (Remodelação da Rede de Abastecimento de Água, Implementação e Execução do Projecto de Segurança contra Incêndios) - Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos - Elementos para Aprovação.-----

----- 3.1.4 SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO-----

----- 1. Iluminação Pública - Electrificação de Zonas Urbanas: Zona Histórica de Montemor-o-Velho - Infra-estruturas de I.P. e P.T. - Trabalhos a Mais.-----

----- 2 - Construção e Reparação de Pequenos Prolongamentos da Rede de Águas em diversas freguesias do Concelho - Plano de Segurança.-----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1 DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO-----

----- 1. Apoio à Filarmónica 25 de Setembro.-----

----- 2. Iniciativa Coros Montemor 2002 - Rectificação. -----

----- 4.2 DIVISÃO DE DESPORTO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- 3. Pista de Remo - Prorrogação de Prazo.-----

----- 4. Acordo de Colaboração - Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e Centro de Saúde de Montemor-o-Velho - Programa "Dar Mais Vida aos Anos". -----

----- 4.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

----- 3. Agenda do Professor.-----

----- O Presidente da Câmara propôs ainda retirar da agenda os seguintes pontos:-----

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.3 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

----- 1. Transportes Escolares.-----

----- 2. "O Sobreiro" - Protocolo de Cedência de Património. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** – Propunha que louvassem toda a estrutura funcional da autarquia, daquilo que tinham sido as maravilhosas Festas Concelhias dois mil e dois . -----

----- Saudava os trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pela forma clara como, sobretudo na área da Cultura, dos operacionais, da parte eléctrica das águas, encarregados e da área administrativa, tinham tido a preocupação por tudo o que tinha sido feito a nível de protocolo, envolvência, etc., Na reunião já havida com os funcionários, tinha demonstrado claramente, que este tinha sido o primeiro ano, em que tinha havido uma diminuição drástica e clara da sua envolvência, mas que, apesar de tudo, tinham sido altamente profissionais e gostava de louvar toda aquela estrutura, bem como o Pelouro da Cultura, que tinha tido a responsabilidade de chamar a si, pelo menos as principais iniciativas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Segunda** – Propunha que fosse concedida uma feira quinzenal, isenta de terrado, a todos aqueles que estiveram presentes na Feira Anual, e que venham a essa feira quinzenal, para compensação dos prejuízos tidos com a procura que tinha sido cerceada, devido às condições atmosféricas.-----

----- Tinha pensado ou, na feira de Natal ou na dos Reis, por serem feiras normalmente de grande movimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Assim, propunha que os Serviços procedessem, em parceria (DAG e Contabilidade), aos aspectos formais e do ponto de vista técnico para que, se pudesse isentar os que se enquadravam naquela situação, dando-se conhecimento, através da Fiscalização. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo votar contra aquela proposta, pois considerava que as feiras nem sempre eram uma mais valia para o comércio local. -----

----- Pensava que toda a filosofia inerente às feiras, deveria ser enquadrada, numa perspectiva de valorização do comércio local. Admitia que aquela era uma atitude louvável por parte do senhor Presidente da Câmara, pois tentava beneficiar ou minimizar os prejuízos, de quem tinha estado presente na feira anual. -----

----- Contudo iria votar contra, porque considerava que a solução encontrada não beneficiava o comércio local. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com seis votos a favor e um voto contra, do Vereador Victor Camarneiro, aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Terceira** – Na sequência daquilo que era o apoio ao comércio local, e porque era necessário estarem ao seu lado e apoiá-los, numa forma clara de equilíbrio entre ambas as partes, e de acordo com o êxito que tinha sido o concurso “Montras em Flor”, através de uma iniciativa levada a cabo pelo Jornal “As Beiras”, e que iria ter agora o seu epílogo, considerava, que dada a qualidade que estava subjacente e dada a envolvimento de vinte e sete estabelecimentos, propunha a atribuição àquela iniciativa do montante de quatro mil novecentos e noventa e cinco euros, para que pudesse servir, desde já, através de uma decisão a tomar pelos próprios, ou, em pareceria, com a Associação Empresarial de Montemor, de um apoio às iniciativas de Natal, do comércio, para criarem condições, de uma maior promoção de procura durante aquela época, por parte dos estabelecimentos.--

----- Mais disse que, dentro daquele espírito, abordarão numa próxima reunião, os vinte e sete estabelecimentos, e se a opção tomada for a de encontrarem aquela verba, para um montante de ajuda, ao que tinha ouvido na reunião que tinha tido com a Associação Empresarial, a iniciativa que iriam tomar na época de Natal, ficaria desde já apresentada a pareceria da autarquia, como forma de mais uma vez ajudar o comércio. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo concordar inteiramente com aquela proposta. Porém gostaria de deixar para reflexão, ou acrescentar à proposta do senhor Presidente, se ele assim o entendesse. Tratava-se de dar a possibilidade a outras vilas do concelho, designadamente as mais importantes, que tenham uma área comercial visível e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

adequada, para que aquele apoio àquela iniciativa pudesse ser extensivo, como por exemplo, às vilas de Carapinheira e Arazede.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, pensava que aquela proposta iria ser aceite pela Associação dos Comerciantes Locais, em parceria com a Associação dos Empresários de Montemor, e como tinha uma área de abrangência municipal, aquela era uma questão da sua inteira responsabilidade, e eram eles que decidiam onde queriam fazer aquele tipo de iniciativas. -----

----- Propunha a atribuição daquela verba, e depois seriam aquelas associações a decidir onde é que iria ser aplicada, sendo essa matéria da inteira responsabilidade das Associações. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO VEREADOR PEDRO MACHADO -----

----- **Primeira** - O Vereador Pedro Machado referiu-se ao espectáculo do Ca mané, dizendo que aquele tinha sido adiado, por já não existiam condições humanas nem físicas, para que tivesse sido realizado no Domingo à noite. -----

----- Assim, propunha o pagamento das despesas da equipa a qual tinha estado nas festas, e dos músicos, e que, por acordo tinham estimado, no montante de dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos. -----

----- Disse ainda que, tinham discutido a alteração do local para a realização do espectáculo da Juventude, para o Largo da Feira. Tentaram de todos os modos e tinham conseguido diminuir o preço, mas havia uma opção da Câmara que não poderia deixar de ser feita. -----

----- Mais disse que pretendiam pagar o valor, que apenas dizia respeito ao gerador e ao aluguer do palco, embora o palco tivesse características especiais, pois actuavam dois grupos no mesmo palco, tiveram que alugar uma estrutura paralela para a colocação do PA fora do palco, para que os dois grupos pudessem ter actuado. -----

----- Disse ainda que, a proposta global passava ainda por mais duas verbas: uma de quatro mil cento e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos, a outra de mil trezentos e sessenta e oito euros e cinco cêntimos, para o gerador que serviu aquele mesmo palco. -----

----- A proposta que apresentava à Câmara, assumindo naturalmente aquela responsabilidade, tinha a ver com os dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

e nove cêntimos, relativamente ao adiamento do espectáculo do Ca mané, quatro mil cento e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos e mil trezentos e sessenta e oito euros e cinco cêntimos, relativamente aos custos inerentes à transferência do espectáculo do Festival da Juventude para o espaço da feira (Palco e Gerador).-----

----- Estavam certos, que aquele espaço, no próximo ano serviria, de acordo com a experiência que tinham conseguido naquela fase, para um redimensionamento da própria estratégia das festas. -----

----- Mais disse que, haviam aspectos que ainda não estavam avaliados e que valia a pena referir. Em relação à opção de localizar a feira das cebolas e da fruta para a zona do parque, com as condições atmosféricas, revelaram-se alguns problemas, nomeadamente o excesso de lama e água. A experiência deste ano poderia ajudar, e muito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de rectificação referente às despesas inerentes àquele evento, no montante de oito mil e dezasseis euros e setenta e oito cêntimos. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, no dia dezoito de Setembro, pelas dezassete horas, a Câmara iria fazer no Castelo, uma recepção a todos os professores do Concelho, dando de uma forma clara e inequívoca, o contexto privilegiador ao papel da educação e salvaguardando o arranque do ano lectivo, com uma saudação a todos aqueles que irão ter a responsabilidade da docência, aos diferentes níveis de ensino, no Concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- Informou ainda que, seria dado um porto de honra, e feita alguma animação cultural. Haveria ainda uma intervenção do Presidente da Câmara, sobre a problemática da Educação no nosso Concelho.-----

----- Aproveitava para convidar os Senhores Vereadores que quisessem estar presentes naquele evento.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, estavam, naquele momento a ultimar toda a tramitação para a contratação de serviços de um médico de medicina do trabalho, a fim de fornecer apoio técnico, quer em termos de medicina ocupacional, quer em termos de medicina curativa. -----

----- Esperava que, a partir do próximo mês de Outubro, se pudesse ter uma valência que, de acordo com troca de impressões tidas em outras Reuniões de Câmara, consideravam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

essenciais para o acompanhamento de toda a orgânica funcional dos trabalhadores da Câmara Municipal e também, de uma forma pedagógica, compatibilizar procedimentos éticos e profissionais, com a salvaguarda da qualidade e da saúde de cada um, quer dos funcionários, quer dos dirigentes da Câmara Municipal.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, iria proceder, na próxima semana à contratação em Regime de Prestação de Serviços, de um técnico o qual viria trabalhar directamente com o Vereador do Pelouro do Desporto, para o enquadramento global de um projecto desportivo concelhio.-----

----- Considerava primordiais, todas as questões inerentes à promoção, gestão e rentabilização do Centro Náutico de Montemor. Aquela questão seria associada à coordenação do projecto concelhio do desporto, em parceria com os técnicos que, naquele momento, estavam a desenvolver a parte operacional técnica daquela matéria.---

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO -----

----- **Primeira** - O Vereador Victor Camarneiro informou que, tinha tido o cuidado de na última reunião de Câmara, quando se tinha falado das questões relacionadas com a EBI de Pereira, de ter dito que as informações que ali tinham sido dadas, a propósito da versão do Senhor Engenheiro da DREC, careciam de fundamento, no seu ponto de vista. -----

----- Disse ainda que, tinha tido o cuidado de, tentar perceber o que se tinha passado, ou pelo menos, poder dar uma outra versão dos acontecimentos, ficando, contudo, disponível e à vontade para, se considerar que a versão, que também lhe tinha sido transmitida, e na qual acreditava, também não era a melhor, pelo que pretendia ser esclarecido por outras vias e doutras formas.-----

----- A verdade é que, em relação à E.B.I. de Pereira, a DREC e o Ministério de Educação, não tinham contemplado nos projectos da E.B.I., o Pré-Escolar. Não tinham projectos disponíveis daquela escola bem como dos Jardins de Infância. Por isso mesmo, o projecto tinha avançado apenas com a tipologia do projecto disponível na DREC. Quando tinha sido colocada a questão do Pré-Escolar, a Direcção Regional de Educação do Centro, que sempre tinha dado parecer negativo àquele investimento, tinha referido que, havendo pareceres negativos da Direcção Regional de Educação, tinham sido contrariados pela Câmara Municipal, justificando com o numero de crianças que iriam frequentar aquele

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

estabelecimento de ensino. Ainda assim, admitia que pudesse ser acrescentado o Jardim de Infância.-----

----- Mais disse que, aquilo implicaria a reformulação total do projecto tipo, que o Ministério da Educação tinha, o que por sua vez implicaria, o adiamento no tempo, de um processo negocial muito mais difícil e toda a sua celeridade e viabilidade, que poderia ser posto em causa. -----

----- Assim, a opção tinha sido a de avançar apenas com o projecto tipo, disponível no Ministério da Educação.-----

----- Quanto à questão do Pavilhão, era importante referir, que, aquando da sua construção, já o Ministério da Educação tinha decidido que não se construiria em Portugal mais nenhum equipamento educativo sem pavilhão. O pavilhão que estava em Pereira, que todos consideravam não corresponder às necessidades da população da freguesia, tinha sido da inteira responsabilidade do Ministério da Educação e fazia parte do projecto tipo, para aquele estabelecimento educativo.-----

----- Era importante que, numa visão futura, se perspectivasse que uma escola daquelas sem um Jardim de infância, sem um pavilhão adequado às necessidades da freguesia, era um acto falhado.-----

----- Importava no entanto dizer que, o Senhor Engenheiro que tinha informado o Senhor Vereador Dr. Pedro Machado, sobre aquelas divergências, ou aquela inoperacionalidade por parte do anterior executivo (estando ele próprio na altura presente), pura e simplesmente, tinha mentido. Era uma questão de palavra e de informação, mas parecia-lhe que o caso era relevante e era possível esclarecê-lo.-----

----- O executivo estava em funções desde Janeiro e desde aí tinha-se apercebido daquelas lacunas. Tinha tentado colmatar e acelerar a conclusão do empreendimento para que estivesse pronto para o arranque do ano lectivo. Porém, não se tinha sentido com coragem, para introduzir as alterações que pudessem viabilizar o arranque. Tratava-se de uma situação, que não tinha acompanhado desde o início, e por isso seria mais difícil de reverter. Não era muito de acreditar em fatalidades, nem de se resignar à mesma. -----

----- Era evidente que, na relação com a Administração Central, nem sempre se conseguia impor uma outra atitude ou metodologia. A questão mais relevante, era que, as informações que tinham sido dadas, segundo o apuramento que puderam fazer dos factos, e que poderiam ainda ter outro desfecho, em termos de fundamentação, tinha sido esta e não aquela que tinha sido inicialmente transmitida. Não pretendia com isto dizer, que o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

Senhor Vereador Pedro Machado, quando tinha prestado as informações, o tinha feito deliberadamente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou que, em relação ao Projecto Mundiempresa, aquele cessava formalmente a trinta de Setembro, e sabia que pelo menos, uma das pessoas que estava imputada àquele projecto, tinha recebido uma carta de cessão de contrato.-----

----- Gostaria de saber se, em relação às outras quatro pessoas que estavam imputadas ao projecto, o procedimento tinha sido idêntico, ou se estavam a tentar encontrar soluções para reenquadrá-las na Autarquia, ou mais concretamente o que pretendiam fazer em relação àquele assunto.-----

----- Independentemente da pessoa a quem se referia, ter sido um candidato identificado com o Partido Socialista, a verdade é que passaria a ser mais um desempregado. Era claro, que a Câmara Municipal não tinha nenhum compromisso moral para com nenhum deles, e também era verdade que eram questões que tinham transitado da anterior gestão, e que provavelmente não tinham ficado muito bem resolvidas.-----

----- Assim, questionava o destino daquelas cinco pessoas, perguntando se a seguir àquele projecto, iria ou não surgir outro, pois todos sabiam que aquele tinha sido um projecto de estudo e caracterização.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou que, em relação ao Centro Náutico, registava com agrado a informação dada pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente à contratação do Senhor Francisco Batista. Pensava que era muito importante, pois recentemente tinha vindo uma notícia no Jornal de Noticias, referindo que aquele Centro Náutico, estava ao abandono, dando já uma imagem dantesca do empreendimento.-----

----- Conhecia o processo, mas considerava interessante, que, através dos serviços da Câmara, respondessem ao que tinha sido notificado pelo Jornal de Noticias, pois não tinha fundamento, só porque o Centro Náutico esteve sem actividade cerca de quinze dias.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** - Informou que, em relação às Festas Concelhias, e como já tinha referido em Reunião de Câmara anterior, iria fazer a apreciação daquelas festas. Tinha algumas questões a colocar, nomeadamente quanto ao orçamento das mesmas. Já tinha abordado o assunto na anterior Reunião de Câmara, mas não tinha obtido qualquer resposta. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Gostaria de saber, de que forma tinham sido realizados, os concursos para adjudicação dos diferentes serviços, inerentes às festas Concelhias, designadamente, a nível dos palcos, animação, iluminações, stand's, som, etc., e quais os critérios que presidiram à sua promoção, nos diversos órgãos de comunicação social.-----

----- Disse ainda que, relativamente àqueles aspectos não estava suficientemente esclarecido, até porque nunca tinha sido presente em Reunião de Câmara, qualquer tipo de proposta ou informação nesta matéria. Ao que sabia, pelo menos duas pessoas, tinham apresentado propostas de fornecimento de serviços, não tinham tido resposta e tinham verificado que a entrega dos serviços tinha sido efectuada a uma terceira empresa. -----

----- Pretendia também saber, porque razão o Grupo da Galiza não tinha actuado, dado que o mesmo constava do programa das festas e estava presente.-----

----- Relativamente a uma apreciação geral, tinham aspectos negativos e positivos. Quanto aos aspectos negativos, considerava, por um lado, a localização da Feira das Freguesias e das Associações, não tinha sido a melhor. Poderia ter sido melhor, por estar no alcatrão e pela proximidade ao centro, mas não tinha sido a melhor em relação ao espaço. A qualidade dos stand's também não tinha sido a melhor, uma vez que não tinham suportado as intempéries. O espaço das esplanadas também tinha sido restrito e a proximidade e mistura dos stand's das Associações com as tasquinhas, não tinha permitido uma convivência muito razoável. -----

----- Em relação à localização do palco de animação da Feira das Freguesias, aquele não tinha espaço envolvente nem visibilidade de ambos os lados.-----

----- Por outro lado, e no âmbito ainda da Feira das Freguesias, existia a concorrência da animação da Praça. Verificava-se perfeitamente de que, quando havia animação na Praça, as tasquinhas ficavam vazias. -----

----- Relativamente à Feira das Actividades Económicas, tinha havido pouca adesão dos comerciantes e industriais concelhios. Tinha havido pouca adesão da maquinaria agrícola. As expectativas eram muito elevadas e o resultado tinha ficado muito aquém das expectativas criadas.-----

----- Quanto à Feira Anual, tinha constatado e reconfirmado o que já era normal nos últimos anos, que era a receptividade de alguns feirantes, especialmente os mais tradicionais, que estavam a ser substituídos por feirantes marroquinos, com outro tipo de comércio pouco tradicional. -----

----- Por outro lado, havia uma iluminação deficiente no espaço da Feira Anual, sendo este um problema que já vinha de há muitos anos. Estava visto que, do dia sete para oito de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

Setembro, era um dos momentos em que a Feira Anual podia atingir um brilhantismo diferente. -----

----- De referir ainda, o facto de se ter atirado para fora, do espaço tradicional da Feira, os agentes que sempre deram o nome àquela feira e que era a Feira das Cebolas e dos melões. -----

----- Em relação aos aspectos positivos, realçava a segurança, a organização e sinalização dos acessos às Festas, nomeadamente a actuação da GNR. Também, a nível de estacionamento, estava tudo muito bem sinalizado. As iluminações, em termos gerais tinham sido, do seu ponto de vista, das melhores que até hoje tinham sido feitas, não a do Castelo, porque era no fundo, uma ideia já repetida, mas as das ruas estavam bastante atractivas e interessantes.-----

----- Em relação ao Programa de Animação, quer na Praça, quer o Festival da Juventude, que considerou ter sido inter-geracional, tinha concorrido ao êxito possível daquelas festas. Destacava, em especial, o Sarau Concelhio e o Encontro das Filarmónicas, que tinham sido dois momentos muito importantes, e que justificavam que se podiam fazer festas com a prata da casa e mobilizar as pessoas, atingindo níveis de brilhantismo, que por vezes com grupos muito caros, não se conseguia. -----

----- Relativamente à adesão das Juntas de Freguesia e das Associações, tinha sido assinalável, que todas tinham estado presentes, com as suas tasquinhas, o que dava a tónica de que se poderia melhorar as condições de organização daquela Feira das Associações e das Freguesias, dando-lhe um enquadramento facial, que valorizasse mais o empenho das pessoas.-----

----- Em termos políticos, e referindo-se à sessão solene do dia do Município, também pretendia referir alguns aspectos: -----

----- Um deles, tinha a ver com a eficiência ao nível da mobilização e do protocolo. Efectivamente, tinha havido uma forma surpreendente, pela positiva, e uma grande capacidade de mobilização e gestão razoável do Protocolo, mas entendia, que provavelmente, e só se justificava por isso, a adesão dos munícipes superou as expectativas, o que causou um problema, do seu ponto de vista, e que no futuro teria que ser resolvido. ---

----- Era muito difícil a gestão de quem era ou não convidado, partindo de um determinado ponto. Na verdade, era necessário criar melhores condições, para que, a recepção aos munícipes, não se fizesse nos moldes em que foram feitos, enchendo uma sala com convidados, e só depois abrir as portas para os lugares que restavam. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Considerava que o Senhor Presidente da Câmara tinha uma retórica mobilizadora e galvanizadora, mas parecia-lhe que, a tónica do discurso, apesar de alguns aspectos que tinham sido colocados, que eram relevantes para o concelho, tinham acabado por ser excessivamente partidarizados. Havia uma actual maioria, que era composta por uma coligação, mas parecia-lhe que a tónica do discurso tinha sido, do seu ponto de vista, sectária. Tinha criado alguns embaraços nas pessoas que, não sendo do partido da maioria, estavam presentes para assistirem ao dia do Município. De qualquer maneira, registava todas as tentativas e a forma, como o Senhor Ministro Adjunto e o Senhor Secretário de Estado, tinham sido confrontados com os problemas reais do concelho.-----

----- O que tinham registado, era que, infelizmente, o assunto das portagens era irreversível. Considerava que as portagens eram ilegais, principalmente no troço de Montemor-o-Velho, por não haver alternativa viável. Por outro lado, havia uma contradição em relação ao que se observava agora, em que por exemplo, a auto-estrada que ia de Torres Novas a Castelo Branco, era gratuita. Havia uma dualidade de critérios que não se compreendia. -----

----- Por outro lado, tinha percebido que, em relação aos desafios que tinham sido feitos, naquele momento, não tinham boas novas. Admitia que o Presidente da Câmara pudesse ter alguma expectativa, aquando das conversas de bastidores com o Senhor Ministro, mas em termos públicos não tinha havido nada de novo, a não ser uma gentileza e simpatia, conseguindo-se descartar, de uma forma fútil, de todas as questões que lhe tinham sido colocadas.-----

----- Relativamente às questões das ETAR'S, em que tinha sido dito pelo senhor Presidente, que apenas uma, a da Ereira, tinha sido comparticipada, era verdade, mas gostaria de referir que, desde Outubro de mil novecentos e noventa e oito, tinha sido apresentado, através da Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras, em conjunto com a Câmara Municipal de Pombal, por causa do rio Arunca, um projecto de despoluição e intervenção do baixo Mondego, em que eram propostas vinte e sete ETAR'S, oito das quais no concelho de Montemor. Aquele projecto, por razões que ainda não se tinham percebido muito bem, e depois de terem havido várias insistências sobre o assunto, não tinha obtido resposta. Pensava que agora, quer o Senhor Presidente da Câmara, quer a Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras, naquele contexto, podiam e deviam continuar a pugnar, para que o assunto fosse ultrapassado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- **Quinta** - Solicitou ao Presidente da Câmara, que agendasse para a próxima reunião, um ponto sobre a Associação Diogo de Azambuja. Os problemas que neste momento existiam e a imagem que estava a ser passada para a opinião pública, as conversas que se iam generalizando sobre o assunto, justificavam que a Câmara Municipal, tomasse uma posição, e pessoalmente, considerava-se obrigado eticamente, em tomar aquela iniciativa.

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Sexta** - Em relação ao documento que lhe tinha sido enviado, da Câmara Municipal de Nelas, não sabia se iria haver alguma iniciativa sobre o assunto. De qualquer modo, tomava conhecimento e subscrevia o que era proposto e expresso no referido documento. -

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO VEREADOR PEDRO MACHADO -----

----- **Primeira** - O Vereador Pedro Machado informou que, em relação à E.B.I de Pereira, tinha naquele momento informações disponíveis que, na ultima reunião de Câmara não tinha. Quanto ao numero de alunos que iria frequentar aquela escola, o numero era oitenta e dois, do primeiro ao quinto ano. Para além daqueles, iria ser acrescido os alunos do Jardim de Infância, e a consumir-se as propostas que tinham sido lançadas, na reunião preparatória, e de acordo com o Presidente da Junta de Freguesia de Pereira, presumia que fosse possível, já no arranque do ano lectivo, vir-se a confirmar a transferência para a EBI de Pereira. -----

----- A escola não iniciará o ano lectivo no dia dezasseis de Setembro, como todas as escolas do concelho de Montemor. A EBI de Pereira fará uma abertura simbólica, uma vez que parte do equipamento, nomeadamente, da instalação da cozinha e o refeitório, estavam em fase de ultimação, pelo que será adiada a abertura, uma semana. -----

----- Em relação às questões levantadas pelo Vereador Victor Camarneiro, não iria fazer a defesa do Engenheiro Mário Gonçalves. Tinha assistido, da mesma forma que tinha feito toda a comitiva, que era composta pela Câmara, a DREC, a Comissão Instaladora e Junta de Freguesia de Pereira, cabendo a quem de direito fazer aquela confirmação, só não concordava que aquele executivo tivesse pouco ou nada feito em relação ao adiantamento daquele projecto, atendendo a dois factos que lhe pareciam relevantes: -----

----- O primeiro - Sabiam que o actual executivo, tinha tomado posse em Janeiro ultimo, o Governo em Abril, a DREC em Junho e o CAE em Julho. Tinha havido um conjunto de circunstâncias de ordem formal e hierárquica, que não permitiram que se avançasse. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Disse ainda que, tinha havido um trabalho, que logo que a Senhora Directora Regional tomou posse, na qual ele tinha estado presente, juntamente com o Senhor Vereador Abel Girão, o Senhor Presidente da Junta e a Comissão Instaladora, no sentido de ainda poderem, travar o processo de construção do pavilhão, de forma que ele viesse, se possível, a englobar o que para eles, eram medidas e critérios mínimos para a prática desportiva que contemplasse a escola e a comunidade. -----

----- Mesmo assim, a versão da DREC para que a escola pudesse ser aberta, levou a que isso já não fosse possível. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em relação à E.B.I. de Pereira, achava bem tudo o que tinha sido referido pelo Senhor Vereador Victor Camarneiro, mas considerava que tinha sido uma auto crítica ao Governo Socialista, que em finais de Março, tinha gerido pessimamente o País, a Educação e todo o resto. Agora não poderiam, em três meses, herdar, nem transformar aquilo que já estava feito. As palavras eram louváveis, e tinham feito um retracto claro, independentemente de ser ou não mentira do senhor Engenheiro. A verdade é que o próprio Governo é que conhecia as directrizes e tinha sido aquele que tinha lançado e projectado toda aquela obra. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Em relação à questão do Projecto Mundiempresa, pretendia dizer que, aquele estava em fase de conclusão, e era evidente que tinha um conjunto de recursos humanos afectos àquele ao mesmo. -----

----- Esse projecto, tinha sido feito e projectado para quatro anos, e algum do trabalho feito, foi precisamente nesta fase final, estando em fase de conclusão o estudo do levantamento de efectivos pecuários do concelho, em parceria com a Escola Profissional Agrícola, bem como um conjunto de levantamentos e conversações feitas, quer nesta Câmara Municipal, com os agricultores e com as cooperativas, que depois derivaram para um projecto global de estudo, o qual neste momento já estava posto em prática e em discussão com as próprias Cooperativas e com as Associações de Agricultores, no sentido de se virem a encontrar soluções, para a problemática dos afluentes agrícolas. -----

----- Disse ainda que, já tinha tido uma reunião com os Técnicos de Acompanhantes da Fiscalização da Comunidade, no passado dia onze, na Câmara Municipal. Estavam a tentar fazer esforços, para que daquele projecto derivasse não só conclusões importantes, para o desenvolvimento daquele trabalho, mas também, introduzirem uma variante, que tinha a ver com a água e a sua problemática, que para o concelho era muito importante. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- O Mundiempresa, que tinha sido feito a pensar na carne e no ambiente, poderia também englobar agora a problemática da água e fazer-se outro projecto.-----

----- Julgava que o Mundiempresa iria ter, apesar de tudo, um final honroso, atendendo ao facto de que se tinha conseguido mobilizar os agricultores e os agentes que estavam mais direccionados para aquela área, no corrente ano de dois mil e dois e para além disso, estavam a ser concluídos trabalhos, nomeadamente, o levantamento dos efectivos a nível de todo o concelho, havendo já duas propostas de estudo, para tratamento e para que fosse encontrada uma solução para todos.-----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, em relação ao Projecto Mundiempresa, claramente e independentemente do que o senhor Vereador tinha acabado de referir, no final daqueles contratos, mais nenhuns seriam renovados.-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **Terceira** - Informou que, em relação às Festas Concelhias, gostaria de referir duas ou três questões que lhe pareciam importantes.-----

----- Quanto aos critérios de apreciação das propostas que tinham sido enviadas, poderia dizer que tinham sido feitos em cima da mesa, pois as propostas tinham sido avaliadas e os processos estavam todos devidamente calculados, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista dos programas.-----

----- Disse ainda que, tinha havido algumas alterações pontuais, mas que decorriam de ajustamentos da programação, em função do se que pretendia. Tinha feito questão de comunicar às entidades, quais tinham sido ou não seleccionados.-----

----- Em relação à questão da publicidade e divulgação, era evidente que, tendo a Câmara optado pela estratégia de fazer uma proposta global, que contemplava desde o som de rua, passando pelos palcos, até à própria publicidade, pelo que a Câmara não tinha que assegurar a publicidade. Tinha feito uma "pressão" positiva e legal sobre a empresa, com medidas, para que aquilo pudesse ser feito. Disse ainda, que tal como o Senhor Vereador Victor Camarneiro tinha referido, na ultima reunião, não tinha um grande passado festivo, mas a experiência deste ano, poderia ajudar, e muito, a colmatação de um conjunto de vicissitudes. Naturalmente que as chuvas tinham "estragado" o Sábado e o Domingo. Mesmo assim, a sessão solene tinha tido uma afluência enorme, mas poderia ter tido muito mais, se as circunstâncias do tempo tivessem sido normais, como tinha sido o caso de Segunda-feira.-----

----- Mesmo quando tinham feito a recepção ao Senhor Ministro e às Entidades, em que a própria Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro, tinha actuado no hall de entrada,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

aumentou um pouco a confusão. Pensava que a afluência de publico se devia a um espirito das pessoas, de que efectivamente tinha valido a pena vir a Montemor, durante o periodo das Festas Concelhias.-----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que, quanto à questão das Festas Concelhias, considerava que todas as opiniões dadas, quer de uns, quer de outros, tinham sido importantes, e no próximo ano tentariam fazer ainda melhor. -----

----- Considerava que nem tudo tinha sido bom, nem tudo tinha sido mau. Pelo que tinha ouvido da população em geral, tinham ficado satisfeito, e isso para ele era o mais importante. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**GABINETE DE PLANEAMENTO INTEGRADO E APOIO JURÍDICO**-----

-----**1 - REGULAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM E**

-----**ALOJAMENTOS PARTICULARES - ABERTURA DO PERÍODO DE -**

-----**DISCUSSÃO PÚBLICA**-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do Regulamento de Estabelecimento de Hospedagem e Alojamentos Particulares (documento anexo à presente acta sob o numero um).-----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro solicitando alguns esclarecimentos, quanto ao conteúdo do referido regulamento. Pensava que aquele regulamento tinha uma introdução interessante e a sua discussão poderia estimular uma outra mobilização, no concelho de Montemor, para a possibilidade que as pessoas tinham de aproveitar aquele expediente comercial, para melhorar os seus rendimentos familiares, e também para complemento das suas actividades já existentes. -----

----- Em termos dos conceitos, tinha uma pequena dúvida, como por exemplo: -----

----- "São consideradas casas de hóspedes e os estabelecimentos integrados em edificios de habitação unifamiliares", a interpretação que dava, era a de que eram pessoas ou familias que tinham entre quatro e oito unidades, que podiam alugar. Mas existia uma outra situação, de casas com aquela dimensão, ou até inferior, em que não vivia lá ninguém. Eram pessoas detentoras daquelas casas, e que depois as disponibilizavam em alugueres de quartos. Não sabia se aquelas situações se enquadravam naquele regulamento ou não. A definição à partida, era o aluguer de quartos em casas que eram habitadas por uma determinada família, mas existiam outros casos, para além daqueles. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, aquele regulamento era destinado fundamentalmente a alojamento com fins turísticos, podendo haver a comparticipação e a concorrência entre a iniciativa particular, fora do contexto de definição do alojamento

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

turístico e aquilo que era a definição do alojamento turístico formal, desde as residências, casas de hóspedes, etc.-----

----- Todas as definições ali apresentadas, decorriam de um trabalho da Associação Nacional de Municípios, com a Direcção Regional de Turismo, com a Associação das Regiões de Turismo e com as Federações ou Associações de Hotelaria Regionais, e toda aquela conceptualização inseria-se naquele contexto. O que naquele momento poderia acontecer noutras circunstâncias, era haver ocupação, mas que não tinha cabimento dentro daquela perspectiva, pois ela era a de salvaguardar qualidades, para que não houvesse a "venda de gato por lebre", em termos de alguém que não quisesse ou procurasse um sistema de alojamento provisório ou não permanente, para efeitos de utilização e que estivesse salvaguardado, numa legislação. Tinha que haver algum acondicionamento por parte dos órgãos locais, que garantissem alguma qualidade mínima, quer em termos de dimensionamento, de equipamento, de mobiliário, para satisfazer aquele tipo de procura. -----

----- Depois daquele esclarecimento, o Presidente da Câmara propôs ao executivo o envio do documento para discussão pública, por um prazo de trinta dias, através dos respectivos editais, bem como a divulgação nos jornais locais, nas Juntas de Freguesia e noutros locais normalmente destinados à publicação dos actos públicos praticados pelo executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade a abertura do inquérito público, a decorrer durante o prazo de trinta dias úteis. A abertura do período de discussão pública, deverá ser publicitada convenientemente, não só, pela afixação de editais nos locais de aplicação do regulamento, mas também, por informação nos jornais locais e noutras publicitações, que normalmente davam aso à publicitação dos actos públicos praticados pelo executivo. Finda a discussão pública, deverá ser feita uma ponderação pelos serviços e, pelo Gabinete da Presidência, sobre o conteúdo das sugestões apresentadas pelos particulares e elaborada a versão final do regulamento, que deverá ser apresentada ao executivo para aprovação, e depois ser presente à Assembleia Municipal para posteriormente ser publicado na segunda Série do Diário da República.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

-----1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

----- 1 - ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO -----

----- DE BENEFICIÁRIOS DA OBRA DE FOMENTO HIDROAGRÍCOLA -

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- DO BAIXO MONDEGO -----

----- O Presidente da Câmara informou que tinha tido, na passada Quarta feira, uma reunião na Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, onde foram tratados três pontos essenciais, nomeadamente a problemática de gestão do espaço de inserção da pista e das suas influências, no contexto da gestão entre Câmara e aquela Associação, recuperação de todos os troços, ainda decorrentes das intempéries e a adesão da Câmara Municipal à Associação de Beneficiários. -----

----- Assim propunha à Câmara a aceitação da adesão à Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego, cujos estatutos e ficha de admissão ficam como documento anexo à presente acta sob o número dois. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Presidente da Câmara. -----

----- Mais deliberou por unanimidade, submeter aquele assunto à Assembleia Municipal, para autorização. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

-----2 - PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE PEREIRA-----

----- PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

----- Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de três de Outubro de dois mil e um, na qual foi deliberado prorrogar o prazo das obras previstas no Protocolo estabelecido entre esta Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Pereira, até trinta de Novembro do ano findo, e dado que as mesmas ainda se encontram por concluir nesta data, o Presidente da Câmara propôs que fosse concedida nova prorrogação de prazo, até trinta de Setembro, do corrente ano, para conclusão das referidas obras. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete perguntando a que é que se deviam os atrasos nas obras e porque é que não tinha sido executado na totalidade, aquele contrato programa. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que efectivamente as obras estavam concluídas, simplesmente a Junta de freguesia de Pereira, julgava que o referido Protocolo ainda estaria em vigor, o que não se verificava. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, prorrogar o prazo estabelecido no Protocolo supra, até trinta de Setembro de dois mil e dois. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- 3 - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ----- MONTEMOR-O-VELHO E O ICERR -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de um Protocolo, a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o ICERR - Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, para a obra da "E.N. cento e onze - Semaforização e alteração da geometria, das intercessões aos quilómetros catorze mais seiscentos, vinte mais seiscentos e trinta e vinte e seis mais quatrocentos de oitenta" (documento anexo à presente acta sob o número três).-----

----- Mais informou que a obra já tinha sido lançada a concurso, devendo ser abertas as propostas no próximo dia trinta do corrente mês, e de acordo com o que já tinha referido na última reunião, tinha havido uma intervenção forte da sua parte, que tinha definido contrapartidas, naquela matéria, nomeadamente junto do ICERR, para que aquele se assumisse como dono da obra, competindo-lhe lançá-la, geri-la e executá-la, desde a fase do anúncio do concurso, até à sua conclusão, cabendo-lhe a responsabilidade pela execução material, financeira e contabilística da obra.-----

----- Através daquela intervenção, que tinha sido um ganho para a autarquia, teoricamente, os trinta e cinco mil contos que a autarquia deveria suportar, tinham sido transferidos para o ICERR, pelo que propunha a aprovação do referido protocolo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o referido protocolo. -----

----- Mais deliberou por unanimidade, submetê-lo à Assembleia Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº -- ----- 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA ----- LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre vinte e oito de Agosto e onze de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA ----- ----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO ----- ----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia vinte e nove de Agosto a doze de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número cinco), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro ----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia doze de Setembro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de dois milhões cento e oitenta e dois mil e setenta e quatro euros e cinco cêntimos e em Operações de Tesouraria de duzentos e treze mil setecentos e oitenta e nove euros e noventa e dois cêntimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- **3 - APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO-----**

----- **EMPRÉSTIMO DE 1.274.418,66 EUROS - FINANCIAMENTO DA**

----- **PISTA DE REMO/CENTRO NÁUTICO DE REMO NO ÂMBITO DO-**

----- **QCAIII** -----

----- No seguimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal em vinte e quatro de Maio do corrente ano, que aprovou a contratação do empréstimo referenciado em epígrafe e da subsequente aprovação pela Assembleia Municipal em vinte e oito de Junho do corrente, bem como da decisão da homologação da CCRC, vem a Caixa Geral de Depósitos enviar as cláusulas contratuais para aprovação (documento anexo à presente acta sob o numero seis). -----

----- As referidas clausulas contratuais propostas pela Caixa Geral de Depósitos mantém as condições inicialmente propostas à excepção do montante do empréstimo que foi reduzido em um cêntimo, em virtude da forma como foram efectuados os arredondamentos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e depois de analisar as clausulas contratuais deliberou por unanimidade aprovar o contrato do empréstimo para complemento do financiamento da Pista de Remo barra Centro Náutico de Remo, no montante de um milhão duzentos e setenta e quatro mil quatrocentos e dezoito euros e sessenta e cinco cêntimos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- 4 - SERVIÇO DE SEGURANÇA INTEGRADA - ADJUDICAÇÃO -----

----- O Presidente da Câmara informou já ter abordado o assunto da segurança integrada em reuniões anteriores, e que se prendia com a reformulação total do atendimento, na melhoria das condições de segurança em locais, como o Parque de Máquinas, o Pavilhão Municipal, e o Edifício dos Paços do Concelho. Mais disse que tinha sido aberto um concurso, em que tiveram respostas de várias empresas. -----

----- O Presidente deu ainda conhecimento da acta da análise das propostas apresentadas para os serviços de segurança integrada (documento anexo à presente acta sob o numero sete). -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo que, finalmente se tinha feito um trabalho, que já deveria ter sido feito há mais tempo, para que fosse dada dignidade à entrada desta Câmara Municipal. -----

----- Em relação à opção escolhida, pensava que, em termos económicos, era a mais adequada, mas acabava por não ter um vigilante a tempo inteiro no Parque de Máquinas. Irá ter uma ronda nocturna, mas durante o dia deixará de a ter, sendo apenas vigiada pelos sensores que lá estavam. -----

----- Interveio o Vereador Abel Girão dizendo que, o Parque de Máquinas irá ter vigilância com as câmaras de vídeo, que filmarão vinte e quatro horas por dia, e terá uma ronda humana uma vez por noite, todas as noites do ano. -----

----- Retomou a palavra o Vereador António Ramalhete dizendo que, em relação aos sensores, eram uma prática normal das empresas de segurança, e todas tentavam que aqueles sensores fossem ligados às suas centrais. Naquele caso, a central da PROSEGUR era em Coimbra, e se houvesse, por exemplo, um arrombamento, ou alguém que se infiltrasse nas instalações, e que disparasse os alarmes, até que os seguranças chegassem, demorava o seu tempo. -----

----- Seria oportuno, que o alarme estivesse ligado à policia local, pois seria mais fácil chegar a GNR ao local, do que os próprios seguranças. -----

----- Retomou novamente a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que, aquela empresa tinha um piquete de intervenção, e sempre que era detectada alguma intrusão, accionavam os meios policiais para intervir de imediato, dado que tinham ligação à GNR. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e dellberou por unanimidade: -----

----- Um - Manifestar a intenção de adjudicar o Serviço de Segurança Integrada à firma PROSEGUR - alternativa C, pelo montante de dois mil oitocentos e cinquenta e seis euros e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

oitenta e cinco centimos mensais, acrescido de IVA à taxa legal, pelo período de trinta e seis meses;-----

----- Dois - Fazer a audiência escrita nos termos do artigo cento e cinquenta e nove do Decreto-Lei numero cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho. -----

----- Três - Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5 - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO**
 ----- **PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSAS PARCELAS PARA O CENTRO --**
 ----- **NÁUTICO DE REMO** -----

----- Tendo em consideração, que o Tribunal da Comarca de Montemor-o-Velho, declarou nulo, todo o processo relativamente às parcelas, objecto de expropriação por utilidade pública, a que se refere os artigos, mil quinhentos e sessenta e sete, mil quinhentos e sessenta e oito, mil oitocentos e dezasseis, mil oitocentos e vinte e três, mil setecentos e cinco, mil setecentos e dez, mil setecentos e dezassete, mil oitocentos e quatro, mil oitocentos e dezanove, mil oitocentos e vinte e um e mil quatrocentos e dezasseis, todos rústicos, da freguesia de Santo Varão, deste concelho, resulta que o Município terá, forçosamente de promover novo processo, agora contra os herdeiros dos falecidos proprietários. Tal situação deve-se ao facto de que os herdeiros dos anteriores proprietários não terem, em tempo, vindo ao processo, nem procedido às respectivas rectificações, pelo que o erro ficou a dever-se à negligência dos actuais proprietários barra expropriados. -----

----- Assim, considerando que a execução do Centro Náutico de Remo de Montemor-o-Velho, constitui um projecto de interesse público, assim classificado por despacho conjunto numero cento e quinze barra dois mil, de três de Fevereiro, com Plano de Pormenor eficaz, publicado em três de Março de dois mil e um, propõe-se que a Câmara Municipal delibere novamente, a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação e posse administrativa das parcelas constantes do documento anexo à presente acta sob o numero oito, nos termos da alínea c), do numero sete do artigo sessenta e quatro, da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei numero cinco - A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e números um e dois, do artigo quinze, da Lei numero cento e sessenta e oito barra noventa e nove de dezoito de Setembro, e posterior envio à Assembleia Municipal, nos termos do numero dois, do artigo catorze, da mesma Lei numero cento e sessenta e oito barra noventa e nove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade declarar a utilidade pública com carácter de urgência, da expropriação e posse administrativa das parcelas constantes do documento anexo à presente acta, nos termos da alínea c), do numero sete

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

do artigo sessenta e quatro, da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei numero cinco - A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e números um e dois, do artigo quinze, da Lei numero cento e sessenta e oito barra noventa e nove de dezoito de Setembro. -----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter aquele assunto à Assembleia Municipal, nos termos do numero dois, do artigo catorze, da mesma Lei numero cento e sessenta e oito barra noventa e nove. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 6 - CEDÊNCIA DE IMÓVEL SITO EM ARAZEDE, A -----

----- ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA ALEGRIA DO -----

----- ZAMBUJEIRO - FREGUESIA DE ARAZEDE -----

----- A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, é proprietária de um prédio misto, sito no lugar de Zambujeiro, da freguesia de Araze de, com a área de mil seiscentos e sessenta metros quadrados, da inscrição matricial números, urbanos trezentos e trinta e nove e mil quatrocentos e setenta e cinco, e rústico dezasseis mil trezentos e trinta e quatro, que confronta a norte com Diniz da Costa Tabanez, do sul com Manuel Rodrigues Leiteiro, do nascente com Carreiro da Fonte e do poente com estrada, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Velho, sob o número zero sete zero sete seis, da freguesia de Araze de, e que foi transmitida por escritura de compra e venda. -----

----- Considerando que a Associação Cultural e Recreativa Alegria do Zambujeiro, nos solicitou a disponibilização do imóvel, para promoção e/ou apoio de actividades de solidariedade social nomeadamente de tempos livres destinadas em especial à juventude e à terceira idade do Zambujeiro, propõe-se que este Executivo Municipal delibere favoravelmente o seguinte: -----

----- Um - Ceder gratuitamente, por um período de vinte anos, renovável, livre de qualquer ónus ou encargos, o imóvel em causa à Associação Cultural e Recreativa Alegria do Zambujeiro, após apreciação neste Município, de um projecto do imóvel sócio-comunitário (cultural, social, desportivo, educativo e outros), apresentado pela referida instituição, para posteriormente, poder ser formalizada, a respectiva escritura de cedência. -----

----- Dois - Notificar a Associação Cultural e Recreativa Alegria do Zambujeiro, da deliberação tomada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade: -----

----- Um - Ceder gratuitamente, por um período de vinte anos, renovável, livre de qualquer ónus ou encargos, o imóvel em causa à Associação Cultural e Recreativa Alegria do Zambujeiro, após apreciação neste Município, de um projecto do imóvel sócio-

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

comunitário (cultural, social, desportivo, educativo e outros), apresentado pela referida instituição, para posteriormente, poder ser formalizada, a respectiva escritura de cedência.

----- Dois - Notificar a Associação Cultural e Recreativa Alegria do Zambujeiro, da deliberação tomada. -----

----- Três - Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre vinte e nove de Agosto a doze de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número nove). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre trinta de Agosto e doze de Setembro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dez).

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- PARQUE DE MÁQUINAS - CONSTRUÇÃO (1.ª FASE) -----

----- - NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários: -----

----- Maria Edite Rasteiro e Silva – Eng.ª Técn. Civil. -----

----- António Manuel Maurício Quinteiro – Técn. Prof. Esp. Princ. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa. -----

----- **2 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS --**
MUNICIPAIS (FREGUESIA DE ARAZEDE) - ALTERAÇÃO DA ----
COMISSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - RATIFICAÇÃO----

----- O Presidente da Câmara informou que no dia cinco de Setembro do corrente ano decorreu o acto de abertura das propostas ao concurso em epígrafe. Uma vez que a Engenheira Maria Edite Rasteiro e Silva pertencia à Comissão de Abertura e à data se encontrava de férias, nomeou como substituta a Engenheira Isabel Castanho, pelo que propunha a ratificação do acto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o acto do Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS --**
MUNICIPAIS (FREGUESIA DE ARAZEDE) - ACTA DE ABERTURA
DAS PROPOSTAS-----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----**
POVOAÇÕES (FREGUESIA DO SEIXO) - ALTERAÇÃO DA -----
COMISSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - RATIFICAÇÃO----

----- O Presidente da Câmara informou que no dia cinco de Setembro do corrente ano decorreu o acto de abertura das propostas ao concurso em epígrafe. Uma vez que a Engenheira Maria Edite Rasteiro e Silva pertencia à Comissão de Abertura e à data se encontrava de férias, nomeou como substituta a Engenheira Isabel Castanho, pelo que propunha a ratificação do acto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o acto do Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----**
POVOAÇÕES (FREGUESIA DO SEIXO) - ACTA DE ABERTURA----
DAS PROPOSTAS-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo nonagésimo oitavo do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número doze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **6- EXECUÇÃO DE COBERTURA AEROFOTOGRAFICA, PARA -----**
ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA NUMÉRICA E ORTOFOTOS DO -----
CONCELHO DE MONTEMOR-O-VELHO – ADJUDICAÇÃO -----
DEFINITIVA -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de trinta de Agosto do corrente ano (audiência prévia nos termos do artigo cento e oito do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove, de oito de Junho) sobre o fornecimento em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Que seja adjudicada o fornecimento em epígrafe ao concorrente IMAER PORTUGAL – Técnicas de Fotografia e Detecção Remota, Limitada, pelo montante de três mil quinhentos e vinte e quatro euros e cinquenta cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal. --

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- **7 - POLO INDUSTRIAL DE MONTEMOR-O-VELHO -**
INFORMAÇÃO

----- **DOS SERVIÇOS**-----

----- No seguimento da deliberação da Câmara Municipal de cinco de Julho do corrente ano, sobre o assunto em epígrafe, os Serviços contactaram o empreiteiro da obra para eventual resolução do contrato.-----

----- Da reunião havida com o empreiteiro, o mesmo aceita a rescisão do contrato de forma amigável, nas condições que constam da informação da Fiscalização da obra, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Rescindir o contrato com a firma Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, Lda.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Dois – Autorizar o pagamento de quarenta e dois mil cento e setenta e dois euros e doze cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente aos materiais que o empreiteiro irá entregar ao dono da obra. -----

----- Três – Indemnizar o empreiteiro no montante de trinta e dois mil oitocentos e vinte euros e oitenta e seis cêntimos, nos termos do número dois artigo duzentos e quinze do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três de dez de Dezembro. -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **8 - NOVO MERCADO MUNICIPAL E ZONA COMERCIAL ANEXA** -----

----- **(REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, -----**

----- **IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJECTO DE SEGURANÇA-**

----- **CONTRA INCÊNDIOS - PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO**

E

----- **CADERNO DE ENCARGOS - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO** -----

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso. -----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que tinha tido uma reunião com o empreiteiro, e que naquele momento tinham quase tudo pago. Apenas faltava a parte que tinham declinado, e que tinha ido para Tribunal. -----

----- Tinha solicitado aos Serviços que apresentassem com urgência, o projecto para a restante parte do mercado. Iriam abrir o mercado aos particulares, a partir da altura em que estejam consignadas as escrituras. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, com uma base de setenta e sete mil euros. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Fixar o preço de vinte cinco, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Eng.º Téc. Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira, Dr.ª – Secretária -----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges – Eng.º Téc. Civil -----

----- Maria Isabel Cunha S.P.C. Castanho – Eng.ª T. Civil -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **1 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ELECTRIFICAÇÃO DE ZONAS ---**

----- **URBANAS: ZONA HISTÓRICA DE MONTEMOR-O-VELHO -----**

----- **- INFRAESTRUTURAS DE I.P E P.T. - TRABALHOS A MAIS ----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços relativamente a trabalhos a mais da obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezasseis. ---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um - Autorizar o pagamento dos trabalhos a mais no montante global de sete mil quinhentos e quarenta e sete euros e trinta e um cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal, considerando o prazo de execução destes trabalhos diluído no prazo de execução da empreitada. -----

----- Dois – Autorizar a dispensa do estudo ao abrigo do número três do artigo quarenta e cinco do Decreto Lei número cinquenta e nove, de dois de Março. -----

----- Três – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial. -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **2 - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS -----**

----- **PROLONGAMENTOS NA REDE DE ÁGUA EM DIVERSAS -----**

----- **FREGUESIAS DO CONCELHO - PLANO DE SEGURANÇA -----**

----- Foi presente o Plano de Segurança e Saúde nos termos do Decreto-Lei número cento e cinquenta e cinco barra noventa e cinco, de um de Julho relativo à obra em epígrafe. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o Plano em epígrafe.-----

----- Dois – Nomear para coordenar em matéria de segurança e saúde durante a execução da obra o Chefe de Divisão – Engenheiro Carlos Borges.-----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 1- APOIO À FILARMÓNICA 25 DE SETEMBRO -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento que, a Associação Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro irá organizar em parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, o Encontro de Bandas da Associação Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro, a realizar-se no próximo dia vinte e dois de Setembro, na Praça da República da Vila de Montemor-o-Velho(documento anexo à presente acta sob o numero dezassete). ----

----- Além da Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro, irão participar a Orquestra Sinfónica Juvenil do Centro e a Banda de Cabanas de Viriato.-----

----- As responsabilidades desta Autarquia na organização traduzir-se-ão nas seguintes acções:-----

----- Pagamento de transporte - cento e cinquenta euros; -----

----- Pagamento de alimentação - quinhentos euros;-----

----- Apoio Logístico - Disponibilização da Praça da República e fornecimento de cadeiras.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da despesa no montante de seiscentos e cinquenta euros bem como o apoio logístico.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

-----2- INICIATIVA COROS MONTEMOR - 2002 - RECTIFICAÇÃO

----- Pelo Presidente da Câmara foi dado conhecimento de que o programa e orçamento da Iniciativa Coros Montemor dois mil e dois foram aprovados na Reunião de Câmara de vinte e sete de Março do corrente ano.-----

----- No seu orçamento estava prevista a atribuição de subsídios aos coros participantes. Acontece que o Grupo Coral e Paroquial de Arazede, iria receber o seu subsídio, pelo Centro Paroquial de Solidariedade Social de Arazede, manifestando posteriormente o interesse de receber pela Fábrica da Igreja Paroquial de Arazede.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Pelo exposto, propunha que se procedesse à atribuição de um subsídio de quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos, à Fabrica da Igreja Paroquial de Arazede, anulando deste modo, a atribuição do mesmo montante, ao Centro Paroquial de Solidariedade Social, de acordo com a deliberação da Reunião de Câmara de vinte e sete de Março de dois mil e dois. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1- CEDÊNCIA - PROTOCOLO DE INSTALAÇÃO PARA CENTRO ---

-----DE ESTÁGIO DAS SEDES NACIONAIS DE CANOAGEM E REMO --

----- O Presidente da Câmara informou que, tinha tido uma reunião com a Federação Portuguesa de Canoagem, na sequência da visita de uma delegação da Câmara Municipal, em parceria com aquela Federação, aos Campeonatos do Mundo de Canoagem, que decorreu em Sevilha. -----

----- Gostaria de informar o executivo, de que a visita tinha ocorrido dentro das expectativas, com a possibilidade de troca de informação e de oferta de promoção do Centro Náutico de Montemor, a todas as delegações. A Delegação teve o privilégio de se encontrar com as mais altas individualidades da Federação Internacional de Canoagem, nomeadamente com, o Presidente, o Secretário Técnico, o Secretário Geral, etc. -----

----- Pretendia também dizer que, ele próprio, já depois da visita que tinha sido feita pelo Secretário Técnico da Federação Internacional de Canoagem, tinha recebido, via e-mail, os dados referentes do que era fundamental que fosse feito. Tratava-se de uma polivalência infra-estrutural de balizagem das partidas, que pudesse confluir para as provas de remo e canoagem. -----

----- Em relação à reunião tida com o Senhor Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem, tinha considerado oportuno e importante para o Município, que a Federação tivesse manifestado disponibilidade para ser criado um Centro de Estágio nesta Vila, para que aquela Selecção passasse a estagiar e a permanecer em Montemor. -----

----- Dentro daquele contexto, apresentou duas soluções que foram vistas pelo Senhor Presidente da Federação. Uma, que considerava temporária e desde já solicitava aos serviços, que ultimassem um trabalho, o qual não tinha sido possível apresentar nesta reunião, mas que será apresentado na próxima. Tratava-se da recuperação de uma das Casas dos Magistrados, a qual naquele momento, não estava a ser utilizada, para através

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

de um projecto, que estavam a ultimar, se recuperasse aquele imóvel, onde existiam todas as condições para a instalação daquele Centro de Estágio, ainda que provisoriamente. -----

----- Após a saída dos atletas daquele edifício, teria que ser estudada uma solução mais adequada para aquela casa, embora houvesse subjacente a questão de um Centro de Acolhimento provisório e excepcional. Haverá também hipótese de transformar o imóvel num bom sítio para apoio a outras iniciativas e actividades da autarquia. -----

----- O projecto em que, naquele momento quer a Federação Portuguesa de Canoagem, quer o IND, quer a Câmara de Montemor ou outras Associações locais, poderiam estar interessadas, era de, no imóvel, que estava a ser ocupado pelo CITEC, criar aquele mesmo Centro de Estágio, através de um projecto mais alargado e ambicioso e que pudesse depois, compatibilizar duas valências: a desportiva, em termos de Centro de Estágio, e a cultural, porque também o CITEC tem vindo a manifestar o interesse na criação de um programa adequado para o Centro Teatral Esther de Carvalho, mais propriamente para o teatro, de ter algumas vezes companhias residentes. -----

----- Mais disse que, pensava ser possível, compatibilizar um projecto adequado para a satisfação das duas valências, dado haver um grande logradouro naquele edifício, que poderá ser, através de um projecto devidamente enquadrado. O que tinha pedido e que transmitia ao executivo, em relação à Casa dos Magistrados, pensava que, com algum esforço e também alguma fonte de financiamento, deveria ser assumido pela autarquia, até porque aquela casa tinha sido cedida pelo Ministério da Justiça. -----

----- Em relação à outra valência, teriam que envolver Desporto, Cultura, Câmara e fazer um projecto forte, mais alargado, mas com uma consubstanciação financeira, em que a autarquia se teria que colocar ao lado dos outros parceiros, para ser rentabilizado a outro nível. --

----- Assim, solicitava autorização para a realização de um Protocolo de Instalação para Centro de Estágio das Sedes Nacionais de Canoagem e Remo. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, dava todo o apoio em relação ao que estava previsto. Pensava que seria bom fazerem aqueles programas para as Selecções Jovens, com a finalidade de as sedearem e as instalarem numa determinada zona, fazendo um plano de desenvolvimento desportivo, acentuado e permanente. -----

----- Em relação à questão do espaço, não sabia até que ponto, seria ou não interessante, sem desprimor para o antigo quartel da GNR, que tinha a sua capacidade, mas porque não, na entidade ou na figura que viesse a gerir o Centro Náutico, que fosse criada uma zona de alojamento no Parque de Campismo ou numa zona envolvente. Dever-

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

se-ia criar uma zona que funcionasse de uma forma polivalente, entre o Centro de Estágio e o Centro de Acolhimento.-----

----- Considerava que a proximidade da água era importante, para um centro de estágios como aquele. Poder-se-ia optar por bungalows, que tanto poderiam ser, em madeira ou em alvenaria. Poderia até, no futuro enquadrar-se numa perspectiva de financiamento do próprio empreendimento. Admitia e concordava inteiramente que provisoriamente fossem encontradas soluções mais rápidas. -----

----- Mais disse ter entregue um estudo prévio feito por biólogos, bastante conceituados, onde era previsto aquela função ambiental, como era o caso de um centro de estudos ambiental, e a reabilitação ecológica de todo aquele espaço, transformando também numa mais valia para o empreendimento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de Instalação para Centro de Estágio das Sedes Nacionais de Canoagem e Remo. -----

----- 2 - GRELHA DE APOIO AO DESPORTO (FUTEBOL) - ÉPOCA ----- ----- 2002/2003 -----

----- O Presidente da Câmara informou que, toda a estratégia de apoio ao desporto estava a ser reformulada e ia ser apresentada em finais de Outubro ou princípios de Novembro, num seminário que irá ser realizado nesta Câmara Municipal. -----

----- Para que não houvesse prejuízo dos clubes de futebol, cuja época ia começar, tinha encetado um trabalho de reanálise daquilo que era a grelha anterior em vigor. Naquele momento, apresentava ao executivo propostas concretas que já tinha apresentado aos clubes, numa reunião tida com eles, que tinham sido aprovadas por todos. -----

----- Referiu ainda que, o valor do esforço voluntarioso das direcções, dos praticantes e dos dirigentes, era praticamente sonogado e esquecido por um vil metal, que ia para uma associação, que não tem demonstrado o mínimo de respeito para com um concelho, e não era de agora, que muito tem feito pelo futebol e por outras modalidades. -----

----- Metade dos valores atribuídos ia para as mãos de quem não fomentava o objectivo, para os quais estavam criados, que era a modalidade. Quem estava a provocar e a fomentar a modalidade, era a Câmara Municipal, porque estavam a apoiar o cidadão, os jovens, a criança, e a pôr o desporto no primeiro ciclo do ensino básico, em ajuda com o clube. Aquela era uma questão que havia de merecer uma intervenção mais forte e dura, porque era penalizante, para quem no dia a dia, tinha de arranjar fontes de financiamento, nomeadamente os clubes, para poder fazer face àquele enquadramento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

-----Iriam privilegiar as camadas jovens, através de um esforço que os clubes estavam a fazer, em termos de praticantes e de treinadores, e quando falavam de treinadores, referiam-se ao equilíbrio entre a sua existência, com o seu novo profissionalismo, em detrimento dos próprios clubes. -----

----- Mais disse, que tinham sido criadas mais duas ou três novidades naquela matéria: ----

----- Primeira - Reforçar a componente da formação, privilegiando-a através de dois níveis: da competição e do enquadramento técnico. A nível da competição, tinha havido a preocupação de melhorar os valores da grelha existente, e a nível do enquadramento técnico, tinha-se tentado privilegiar apoios aos clubes que praticavam modalidade no futebol, escalões de juventude (juniores, juvenis, iniciados, escolas, etc.), quer nos níveis de escalões de futebol de onze, de futebol de sete e de futebol de cinco. Ao mesmo tempo, pretendia criar condições técnicas, que a própria Câmara iria apoiar para cursos de formação de treinadores, dentro daquelas áreas, para que, em contrapartida, ficassem sujeitos a serem prestadores de serviços gratuitos junto dos clubes. -----

----- Segunda - Dentro da grelha, tinha sido criado um prémio de "fair - play" ou de iniciativa à disciplina. Para além dos montantes que iriam ser atribuídos aos clubes, no final da época, irá haver uma avaliação, que irá ser efectuada por via do rendimento e da disciplina. Aquele prémio iria ser pago em duas tranches: uma, no final da época que agora se iniciou, e outra, no final da próxima época, se se mantiverem no mesmo escalão. Isto para que não fosse ocasionado aqueles imediatismos de querer corresponder a determinado tipo de falta de estruturas, para ambições desmesuradas e que depois não se consubstanciam em projectos alargados. -----

----- Terceira - Em termos daquele conjunto de pagamentos, haveriam três fases: -----

----- Um - Avançar com cinquenta por cento, daquilo que a nova grelha estipularia, em termos da prática e da modalidade da inscrição. Para isso, tinham sido estipulados valores, sobretudo, no que dizia respeito ao escalão sénior, daquilo que eram os custos fixos, que hoje, qualquer clube da primeira divisão tinha, nomeadamente em termos de arbitragem, policiamento, e inscrições. -----

----- Dois - Em Janeiro, fariam o pagamento do enquadramento técnico, em que iriam privilegiar as camadas jovens, através do esforço que os clubes estavam a fazer, em termos de praticantes e de treinadores. -----

----- Três - Em Abril, pagarão cinquenta por cento do valor que estavam a avançar, ajustado em Julho ou Agosto, com os eventuais prémios de rendimento e de disciplina, que se vierem a verificar no final da época. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Assim, propunha a atribuição dos seguintes subsídios, aos clubes abaixo discriminados, tendo por base a atribuição da primeira tranche do seguinte modo: -----

----- **Associação Cultural, Desportiva e Recreativa das Meãs:** -----

----- Valor aprovado - seis mil oitocentos e oitenta e três euros e quarenta e um cêntimos;

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - três mil quatrocentos e quarenta e um euros e setenta e um cêntimos. -----

----- **Atlético Clube Montemorense:** -----

----- Valor aprovado - seis mil setecentos e oitenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - três mil trezentos e noventa e um euros e oitenta e três cêntimos. -----

----- **Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Pereira:** -----

----- Valor aprovado - quatro mil quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - dois mil duzentos e noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos; -----

----- **Centro Recreio Popular de Formoselha:** -----

----- Valor aprovado - dois mil seiscentos e sessenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - mil trezentos e trinta e quatro euros e vinte e oito cêntimos. -----

----- **Gatões Futebol Clube:** -----

----- Valor aprovado - mil cento e vinte e dois euros e trinta cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - quinhentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos. -----

----- **União Desportiva Santovaronense:** -----

----- Valor aprovado - mil seiscentos e vinte e um euros e nove cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - oitocentos e dez euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

----- **Grupo Desportivo "Os Águias"** -----

----- Valor aprovado - sete mil e oito euros e onze cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - três mil quinhentos e quatro euros e seis cêntimos. -----

----- **Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Social de Quinhendros:** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Valor aprovado - mil novecentos e noventa e cinco euros e dezanove cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - novecentos e noventa e sete euros e sessenta cêntimos. -----

----- **Associação Cultural, Desportiva e Social da Ereira:** -----

----- Valor aprovado - mil duzentos e trinta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - seiscientos e dezassete euros e vinte e seis cêntimos. -----

----- **Clube Desportivo Carapinheirense:** -----

----- Valor aprovado - oito mil trezentos e noventa e dois euros e vinte e sete cêntimos; -----

----- Valor entregue na primeira tranche - cinquenta por cento - quatro mil cento e noventa e seis euros e catorze cêntimos. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete dizendo concordar com o que tinha sido apresentado, pois vinha no seguimento dos anos anteriores. Também concordava com o Presidente da Câmara, quando dizia que parte do subsídio que era dado aos seniores, sobretudo de onze, era um dinheiro que ia directamente para a Associação. Se aquele apoio não fosse dado à associação, ou até aumentado, no futuro, corria-se o risco de, a nível do concelho, serem muito poucas as equipas com capacidade, para iniciar uma época, com investimentos de setecentos ou oitocentos contos de inscrições. Depois, para manter a equipa, contariam com os associados, e disponibilidade das viaturas dos directores. -----

----- Era evidente que, se no futuro, por algum motivo, aquela verba deixasse de ser atribuída, porque, agora era atribuído cinquenta por cento, e considerava que aquele valor deveria ter sido atribuído mais cedo, mesmo agora, garantia que a associação iria buscar toda aquela verba. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo concordar com a filosofia assente naquela grelha, julgando que assim se poderia melhorar as condições para a prática do futebol. Havia apenas uma questão que não estava ali contemplada, mais concretamente o caso dos Parques Desportivos infra-estruturais. -----

----- Julgava que aquela situação, deveria ficar contemplada na grelha, em termos gerais, porque algumas estabeleciam diferenças importantes, como por exemplo, o Clube Desportivo Carapinheirense, que tinha um complexo desportivo, como nenhum clube no concelho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Todos sabiam que noventa por cento daquele empreendimento, tinha sido financiado pela Câmara Municipal e era propriedade daquela casa, com excepção do pavilhão, que tinha sido cedido.-----

----- Em Arazede, a AFA, tinha um património importante, nomeadamente o Pavilhão, onde desenvolvia a sua actividade. O Grupo Desportivo "Os Águias" tinha um campo de futebol e infra-estruturas próprias. O Atlético Clube Montemorense, era o único clube que não tinha sede, em que tudo era emprestado.-----

----- Não sabia até que ponto, estava prevista uma alteração em relação àquela situação.-----

----- Acreditava que, um clube só se poderia empenhar verdadeiramente, e nem sequer correr o risco da sobrevivência, se tivesse património e compromissos. Havendo compromissos, funcionários e património, o clube não tinha alternativa e os directores não poderiam fugir às responsabilidades, estimulando-se.-----

----- Gostaria de deixar a nota, de que, ao longo da história, pelo menos em relação ao Atlético Clube Montemorense, apesar da tentativa de ajuda, acabou por ser gravemente lesado, em termos patrimoniais, e também a outros níveis, merecendo que houvesse, por parte da Câmara, a coragem para que fossem encontradas soluções, que resolvessem o problema.-----

----- Fazia votos para que aquela política, se estendesse também, a outras modalidades, que tinham de igual modo, um papel importante ao nível do concelho.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que, relativamente àquele assunto, existiam três preocupações:-----

----- Primeiro - Em relação ao Clube Desportivo Carapinheirense, já tinha feito chegar à Direcção daquele clube, a intenção de renegociar, em termos de protocolo, a utilização do campo de rugby, e estava disponível para concretizar um projecto de apoio aos balneários conjuntos, passando o campo de rugby para o município. Disponibilizaria depois a sua utilização ao Clube Desportivo Carapinheirense, que ficaria com um campo relvado, que embora fosse municipal, seria privilegiadamente destinado para aquele efeito.-----

----- Segundo - Em relação ao Atlético Clube Montemorense, a questão era muito mais clara. Naquele momento, formalizará aquela situação, numa reunião que irá ter com aquele clube desportivo. A partir da época dois mil e três, dois mil e quatro, não haverá condições para a utilização do campo municipal, nos moldes em que actualmente se fazia. A partir da altura que começar a obra da Piscina Municipal, apresentará ao executivo, uma alteração de localização do campo municipal. Tinha pensado numa proposta de venda

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

dos terrenos limítrofes do actual campo, a fim de rentabilizar fundos e para criar condições de implementação de um novo campo de futebol, onde haverá todas as condições para então, em parceria com outras iniciativas privadas, criar uma sede adequada ao Clube. ----

-----Disse ainda que, em parceria com a gestão do espaço que hoje ali existia, para terem uma situação definitiva ou com fins de urbanização, o próprio Atlético Clube Montemorense poderá manifestar junto da autarquia, ou com outros fins mais rentabilizadores a promoção e a rentabilidade do património que tinha.-----

-----Terceira - Em relação à grelha em si, estava naquele momento a ser generalizada mais um conjunto de modalidades que consideravam fulcrais, em que inscreveriam o basquete, o voleibol, o ciclismo, o hóquei - patins, e também, algumas modalidades importantes do ponto de vista de prática individual, como era o caso do xadrez, etc.-----

-----Mais disse que, esperavam que no final do ano tivessem um "feedback", quanto àquelas preocupações, que já tinha sintetizado, nomeadamente, da estruturação de uma entidade gestora da Pista de Remo, mas que ao mesmo tempo, iria intervir na promoção das modalidades, sobretudo na zona ribeirinha, não só no Concelho de Montemor, mas também nos concelhos limítrofes. -----

-----Referiu ainda que, em termos das infra-estruturas, naquele momento tinham que rever aquele tipo de apoio. Era evidente que, com o investimento da Piscina Municipal, com os potenciais investimentos de ainda mais uma ou outra piscina. Em relação àquela matéria, iriam futuramente discuti-la. Havia um esforço grande da autarquia, para infra-estruturas, e quando falava em piscina, não estava a falar de algo que era transversal na formação desportiva para todas as modalidades. Fazer natação, não era só para a prática de competição, mas também para a prática formativa e de treino, que dava muita apetência para todas as outras. -----

-----Em relação àquele assunto, tinha tido uma reunião com o Presidente da CCR e com o Presidente da APPACDM, em que tinham chegado a acordo, quanto à revitalização definitiva do tanque da APPACDM. Naquele momento, já tinham orçamentos de recuperação do tanque. A autarquia, naquele caso, já estava mais avançada, porque face aos valores, estavam a falar em cerca dos dezassete, dezoito mil contos, tinha pressuposto desde já, o adiantamento de cinquenta por cento. Com base nestes dados, estavam disponíveis para avançar, desde já, para que a partir do final do ano, e independentemente do avanço da Piscina Municipal, uma pudesse funcionar como anexo da outra, devido à especificidade da população a que era destinada: ao pré-escolar, ao

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

primeiro ciclo do ensino básico e aos idosos. Ficava para o tecido escolar, o tecido clubístico e para o cidadão, a outra piscina privilegiada naquela matéria. -----

----- Adivinhava-se poder vir a recuperar aquela piscina, no contexto da piscina global, fazendo-a como anexo. -----

----- Assim, fariam uma candidatura alargada da Piscina Municipal, passando a designar a outra como anexo, e fariam um trabalho de estruturação e de acesso pelo exterior do imóvel da APPACDM, para que pudessem disputar aquela situação. -----

----- Tinha dito ao senhor Presidente da APPACDM, que agora mais do que nunca, ou avançavam, ou então, com o devido respeito que tinham por aquela Instituição, requeria uma autonomia, para que pudesse estar seguro de que estava a investir em algo que era do Concelho, e não em algo que era gerido "outside" do sistema. -----

----- Tinha tido a oportunidade de, conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara de Soure e com o Senhor Governador Civil, se ter despedido da Selecção Nacional de Remo de Deficientes, que iria estar em Sevilha. -----

----- Mais disse que, em parceria com a Câmara Municipal de Soure, o Governo Civil e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Abrunheira, tinha intenção de comprar um barco, pois os barcos em que aqueles atletas iriam competir em Sevilha, eram emprestados pela Selecção Alemã. Tinham chegado a acordo em comprarem o barco, que numa primeira fase, ia ser entregue, por questões logísticas, à APPACDM de Soure, mas sediado no Centro Náutico de Montemor. Mais tarde irão adquirir outro, que será cedido à APPACDM de Montemor, e consubstanciado a ficar também no Centro Náutico. -----

----- A Câmara face a estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição da primeira tranche aos clubes acima discriminados. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia.** -----

----- **3 - PISTA DE REMO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezoito. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, após a conclusão daquela prorrogação de prazo, pedia aos serviços da DOSU, que ultimassem desde já duas situações que considerava essenciais, e que depois da reunião que tinha tido no dia anterior com a Associação dos Beneficiários da Obra Hidroagrícola do Baixo Mondego, tinha ficado acordado que poderiam avançar. Considerava fulcral que se procedesse a um

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

levantamento da delimitação de todos os terrenos do Centro Náutico de Remo, para que pudessem criar condições de acessibilidade reservada, para evitar a devastação de todo aquele espaço. -----

----- Naquela altura, o próprio projecto, que estava em execução, previa no topo Norte e no topo Sul aquelas vedações, mas ele pretendia que a vedação fosse total, vedando quer a margem esquerda, quer a margem direita, pressupondo a exteriorização do caminho, que irá ser protocolado, entre a Câmara e a Associação, para um alcatroamento futuro.-----

----- Por outro lado, pretendia que fosse equacionado desde já, os custos previsíveis para a construção dos angares dos barcos, para a prática da modalidade. -----

----- Disse ainda que, iam entrar numa época do ano, em que terão, em conjunto, que estudar a gestão de inverno da Pista de Remo. Iria ser uma experiência nova. Naquele momento, já havia um histórico importante na gestão de Verão. Em relação à gestão de Inverno, teriam que se preparar, para tudo. Já tinham sido acertados entre a Associação de Beneficiários e a Câmara Municipal, os procedimentos que iriam ter, como por exemplo, rebaixar a cota da água da pista. Já tinham agendado para Novembro, uma reunião, onde pretendia juntar a Associação dos Beneficiários, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, as Federações e as Associações da modalidade locais, para prepararem um trabalho global de protocolarização da gestão da Pista, em termos técnicos, porque iriam necessitar de ter um mapa, mais ou menos definido, para saberem a partir de que data poderia receber estágios. -----

----- Referiu ainda que, quando esteve reunido com o Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, tinha considerado três pontos fulcrais, para intervenção e que tinham merecido grande abertura da sua parte: -----

----- A primeira, porque tinha ali a nova Presidente do Instituto Português de Conservação da Natureza, que iria tomar posse, colocou a questão da estrada trezentos e quarenta e um. Naquele momento, a Presidente do Instituto Português da Conservação da Natureza deverá estar a articular com o Eng.º Pedro Serra, do Instituto de Estradas de Portugal, o resultado da abertura das proposta do concurso do traçado prévio, para imediatamente aceder a um convite que tinha feito, para que fosse realizada uma reunião com as Câmaras Municipais de Coimbra, de Montemor, Condeixa, Soure, com o ICN, com a Direcção do Instituto de Estradas de Portugal e com o Secretário de Estado do Ordenamento do Território, para se debater aquela problemática. Isto porque, em parceria com todo o trabalho que era feito na reserva do Paul de Arzila, a realidade era outra.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Já tinha sido confrontado com aquela situação e havia ali questões que naquele momento, tinham que ser políticas, mas que não poderiam colidir com algumas deliberações da União Europeia. A Presidente do Instituto Português da Conservação da Natureza, ficou surpreendida, ao saber que o Instituto de Estradas de Portugal, já tinha procedido à abertura do concurso, mas que iria, em conjunto com o Eng.º Pedro Serra, encetar diligências para que fosse estabelecida uma ligação muito urgente e na próxima semana já lhe prestarão alguma informação, disponibilizando-se para terem uma reunião em Montemor, com a finalidade de ser encontrada uma solução.-----

----- A segunda, era o desvio da Vala da Cova, em que tinha entregue um relatório sumário do memorando, que tinha discutido com o Eng.º Proença, do INAG, em que tinha dado preferência absoluta, àquela situação.-----

----- Tinha mencionado também a questão do rio de Arunca. Aquele assunto estava parado, e o Arunca para o concelho de Montemor não tinha repercussão directa, mas sim indirecta. As obras do Arunca eram afectadas fundamentalmente na zona de envolvimento do espaço geográfico de Soure, e tinha tido oportunidade de dizer ao Presidente da Câmara de Soure, que resolvesse aquela situação. O problema eram as obras que estavam feitas, mas mal feitas, e se não houvesse continuidade, num inverno rigoroso, bastava que fossem abaixo, quem sofria mais com aquela situação era o Concelho de Montemor, porque a água iria invadir imediatamente todo o espaço territorial deste Concelho. -----

----- A terceira, prendia-se com a ligação da Ponte de Formoselha à Ponte do apeadeiro de Montemor. Aquele troço, deveria ser devidamente regularizado, e recuperado, para desviar todo o trânsito. Tinha tido a oportunidade de se deslocar a Pereira, para ver a obra do desvio, e deveriam notificar a CP, para que rapidamente fosse ultimado. Pretendia que fosse lançado um concurso de sinalização horizontal e vertical em todo o Concelho, porque havia estradas novas, que de noite e em zonas de nevoeiro, se não tiverem marcação, se tornavam um perigo. -----

----- Iriam desencadear, com muita celeridade, um concurso para adjudicação, através de empresas de trabalho temporário, para limpezas do concelho. Sabiam que, pelos valores em causa, valia a pena criar brigadas de dez ou doze pessoas, para promoverem limpezas. O Vereador Abel Girão já estava naquele momento com a co-responsabilização, para imediatamente poderem suprir algumas dificuldades que considerava importantes, que era a higiene pública do concelho, que estava deficitária.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos serviços deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Um – Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a vinte e nove de Agosto e terminus a trinta de Setembro do corrente ano. ---

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- **4 - ACORDO DE COLABORAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO E CENTRO DE SAÚDE DE MONTEMOR-O-VELHO - PROGRAMA "DAR MAIS VIDA AOS ANOS"** -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi presente o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Centro de Saúde de Montemor-o-Velho - "Programa Dar mais Vida aos Anos" (documento anexo à presente acta sob o numero dezanove).-----

----- Mais disse já terem começado a desenvolver, a dois estratos, a nível do primeiro ciclo do ensino básico e a nível dos idosos, dois projectos na área do desporto, para poderem consubstanciar toda aquela estratégia de característica desportiva. Teriam que começar a ter uma política mais abrangente, não só de modalidades, mas também de estratos sociais e etários, que eram significativos daquele ponto de vista. -----

----- Disse ainda que têm vindo a trabalhar no projecto "Dar mais Vida aos Anos", para permitir que as populações idosas, sobretudo as que estavam nos lares e nos centros de dia, tivessem ocupação, se possível, controlada medicamente, do ponto de vista de saúde e do ponto de vista de actividade motora e física. -----

----- Mais disse que, dentro daquela matéria, tinham vindo a trabalhar com o Centro de Saúde de Montemor-o-Velho, num levantamento exaustivo, por fichas clínicas de todos os idosos, que estavam naquele momento a ser apoiados pelas I.P.S.S. do Concelho, com vista a criar, uma radiografia mais adequada, para a introdução daquele projecto.-----

----- Será um projecto a ser lançado em Novembro deste ano, o qual estava a ser negociado com, as respectivas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, Centro Regional de Segurança Social, Centro de Saúde de Montemor-o-Velho, Pelouro do Desporto e Pelouro de Acção Social da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- Apresentava ao executivo, aquele acordo de cooperação, que era fundamentalmente para conhecimento e para que fosse dada autorização para ser assinado.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Acordo de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Centro de Saúde de Montemor-o-Velho - "Programa Dar Mais Vida aos Anos". -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1 - TRANSPORTES ESCOLARES -----

-----O presente ponto foi retirado, a fim de ser presente numa próxima reunião. -----

----- 2 - "O SOBREIRO" PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE PATRIMÓNIO -----

-----O presente ponto foi retirado, a fim de ser presente numa próxima reunião. -----

----- O Presente ponto foi introduzido na ordem do dia. -----

----- 3 - AGENDA DO PROFESSOR-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, como era habitual, a Divisão de Cultura e Turismo, gostaria de dar continuidade à elaboração da Agenda do Professor, por forma a apresentar e receber os professores deste concelho.-----

----- Assim, e dado existir desde já um "layout" para elaboração e criação da supracitada agenda, propunha ao executivo, autorização para apoiar financeiramente a respectiva criação da agenda do professor, no montante de dois mil duzentos e cinquenta euros. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o apoio financeiro para a criação da agenda do professor, no montante de dois mil duzentos e cinquenta euros.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

----- Verificou-se a não existência de público.-----

-----ENCERRAMENTO -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas catorze horas, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Setembro de 13

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a